

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



EDIFÍCIO SEDE DO BANCO DE PORTUGAL EM LISBOA. UM PRIMEIRO BALANÇO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Artur Jorge Ferreira Rocha / artur.j.rocha@gmail.com

Jessica Levy Reprezas / jessicareprezas@gmail.com

João Nuno Miguez / joao.miguez@gmail.com,

Joana Rosa Correia Inocêncio / Inocencio.joana@gmail.com

RESUMO

A recente reformulação do quarteirão pombalino ocupado pela Sede do Banco de Portugal em Lisboa, obra com implicações tanto no conjunto edificado como no subsolo, foi acompanhada por uma intervenção arqueológica de grande escala. A importante massa de dados nela recuperada permite caracterizar de forma mais concreta a evolução da Baixa lisboeta entre a época Romana Imperial e a actualidade. Nesta comunicação apresenta-se uma primeira e sintética leitura dos resultados, destacando-se: os níveis de praia/aluvião Romanos, Islâmicos e Medievais Cristãos; a muralha de D. Dinis, monumento nacional inédito até à data; os vestígios do Paço Real da Ribeira; a estacaria e restante construção pombalina; a necrópole da Igreja de São Julião, da primeira metade do século XIX.

ABSTRACT

The remodeling of the city block occupied by the Bank of Portugal headquarters in the city of Lisbon targeted the building itself as well as an extensive underground excavation. This project was accompanied by a large-scale archaeological intervention that took place between the years 2010 and 2012. The important mass of data compiled in this intervention allows a unique insight into the evolution of Lisbon's downtown, between the Roman Imperial era and present times. In this paper it is shown a first synthetic look at the results of the archaeological intervention, with special focus on: the Roman, Medieval, Islamic and Christian levels, the D. Dinis' Wall, a National Monument unpublished to date, the remains of the Royal Palace of Ribeira, the piling from the Marquês do Pombal's era as well as the remaining architecture from this period and the necropolis found at São Julião's Church, belonging to the first half of the nineteenth century.

CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

A intervenção arqueológica realizada pela empresa Arqueohoje e dirigida por um dos signatários (Rocha, 2011) acompanhou a remodelação da Sede do Banco de Portugal entre os anos de 2010 e 2012, incidindo sobre todo o quarteirão delimitado pelo Largo de São Julião e pelas ruas de São Julião, do Ouro e do Comércio. O conjunto edificado pombalino subdivide-se em dois blocos distintos: a Este, os edifícios correntes, antigos prédios de rendimento entretanto aglomerados; a Oeste, a Igreja de São Julião, imóvel actualmente em fase de reconversão no Museu do Dinheiro. No processo de escavação

observaram-se assimetrias consideráveis entre ambos os blocos, em função dos impactes diferenciais das obras de Engenharia e Arquitectura, sentidos com maior profundidade no subsolo dos edifícios correntes. Esta divisão teve o seu reflexo no tipo e volume de dados arqueológicos recolhidos, mais complexos e extensos no saguão dos edifícios correntes e nos “edifícios de sacrifício”, denominação adoptada no contexto de obra para a parcela destes que foram alvos de demolição interna total e nos quais o subsolo foi mais afectado.

Conjugando os dados obtidos – cujos números são significativos, tendo-se contabilizado cerca de 130 000 fragmentos cerâmica e de 310 esqueletos *in situ*

e 30 ossários, para lá de um conjunto de várias dezenas de milhar de fragmentos de fauna – foi possível reconstruir uma parcela considerável do percurso histórico desta parte da cidade. Da vasta panóplia de testemunhos, distribuídos desde a época Romana Imperial até à actualidade, salientam-se: a descoberta dos níveis de praia romanos e islâmicos; da muralha de D. Dinis e da malha urbana tardo-medieval a ela associada onde se incluem as ruas da Judiaria Nova e do Morraz; as partes remanescentes do Paço Real da Ribeira e a Igreja Patriarcal de São Tomé; a necrópole da Igreja de São Julião.

ÉPOCA ROMANA E ISLÂMICA

Na área ocupada pelo Edifício Sede do Banco de Portugal, os primeiros vestígios de urbanização remontam à Idade Média, coincidindo com a significativa expansão então registada em Lisboa. Nesta fase a Oeste, a cidade ultrapassaria de forma definitiva o Esteiro da Baixa, até então obstáculo de monta ao seu crescimento e, mais a Sul, quer por depósitos naturais primeiro, quer por aterros de origem antrópica mais tarde, consolidou a sua malha urbana no espaço anteriormente ocupado pelo Rio Tejo.

No caso particular por nós estudado, as primeiras edificações assentaram sobre a plataforma deixada pelo assoreamento progressivo do leito do rio, do qual resultará a substituição da zona anteriormente submersa por um extenso areal, datável entre os séculos I e XIII d.C. Desta fase pré-urbana, identificaram-se alguns dos níveis de aluvião depositados pelo Tejo, distribuídos por vários horizontes sedimentares, com cerca de um metro de espessura cada, e dos quais os melhor caracterizados são os de época Romana Imperial e Islâmica. Estes níveis de areia, maioritariamente identificados nos “edifícios de sacrifício”, embalavam um grande volume de materiais arqueológicos, mormente cerâmica e fauna, elementos a partir da análise dos quais se podem adiantar algumas reflexões quanto à natureza deste espaço e à dinâmica da zona envolvente.

De época romana, uma percentagem significativa do espólio corresponde a ânforas. Foram encontrados 2022 fragmentos inventariáveis, um conjunto de dimensão considerável. Destes foi possível identificar várias proveniências, com clara predominância das produções Lusitanas das zonas do Tejo/Sado, 1215 exemplares (60,1%), seguidos de exemplares do vale do Guadalquivir, com 210 fragmentos (10,4%),

da baía Gaditana, 286 exemplares (14,1%) e, em menor quantidade, exemplares Itálicos, Africanos, Gauleses e do Mediterrâneo Oriental, onde se destacam a forma Agora M54. No que toca às tipologias dominantes, destacam-se os exemplares do tipo Dressel 14, 614 exemplares (30,4%), Dressel 20, 182 exemplares (9%), Almagro 51C, 177 exemplares (8,8%), Lusitana 3, 139 exemplares (6,9%) e outros tipos minoritários como o Almagro 50 ou Keay XVI. Tendo-se identificado doze grafitos, dois tituli picti e quatro marcas, surge com particular relevo um fragmento de asa de Dressel 20, cuja marca “SPERA” corresponde a “SPERATVS”, com paralelos documentados bibliograficamente apenas na costa croata, em Split mais precisamente (Cambí, 1983, pp.373-377, fig. 18), e em França (Étienne e Mayet, 2004).

A elevada presença destes contentores denuncia uma intensa actividade mercantil, associada a um cais ou fundeadouro nas imediações abrigado dos ventos de Norte e Oeste pela encosta de São Francisco. Não se afasta a hipótese de alguns destes fragmentos cerâmicos corresponderem ao arrasto de peças provenientes de naufrágios.

Em conjunto com o material anfórico, foram identificadas ainda 1182 ocorrências de terra sigillata, onde cerca de 642 (54,3%) são relativos a produções claras. Por outro lado, dos 26 fragmentos atribuíveis a categoria de almofariz identificaram-se tipos de bordo arredondado, em martelo e de lábio reentrante, Dramont D1, e, com maior destaque, Dramont D2, cujos 8 exemplares representam cerca de 1 terço do total, número pouco habitual nos contextos ocidentais e meridionais da Península Ibérica. A análise das produções corrobora os dados apontados para as morfologias, sendo de destacar o peso relativo que as produções itálicas, do vale do Tibre, assumem em todo o conjunto. O equilíbrio entre estas e as produções lusitanas e béticas, é um dado igualmente de registo. Um dos exemplares do tipo Dramont D2 apresenta uma marca de oleiro, onde se pode ler “DIONYS(I?) DOM LVCIL(I?)”, peça que discrimina o *offinator* – Dionysius – e a proprietária – Domitia Lucilla, a Menor, herdeira de uma das mais destacadas linhagens romanas dos séculos I e II d. C., os *Domitii*, e mãe do imperador Marco Aurélio (Rocha e Miguez, em preparação).

Nestes níveis observa-se ainda a escassez de cerâmica de construção, grupo onde surgem algumas *tesselae* descontextualizadas e escassas placas de

mármore, facto concomitante com a reduzida urbanização sugerida para o entorno.

Os materiais de época islâmica, por seu turno, apresentam características substancialmente diferentes, correspondendo a uma gama maioritariamente associável aos consumos domésticos e produções oleiras locais, mormente o conjunto de cerâmica comum, com relevo para os testos, onde abundam as marcas de fogo. Encontramos ainda: a cerâmica pintada a branco, maioritariamente decorada com bandas rectilíneas paralelas, 2084 exemplares correspondentes a 98,7% do total; e em número ligeiramente menor a cerâmica vidrada, integrando-se neste período a maior parte dos 1479 exemplares identificados no total da escavação. Referência ainda para uma talha decorada cuja cronologia aponta para o séculos XII – XIII.

Apesar da abundância de evidências materiais e do seu implícito carácter doméstico, a urbanização observada efectivamente mais a Norte (Bugalhão: 2001; 2008) não se terá aqui concretizado. Pese embora a deposição sucessiva de sedimentos aluvionares tenha criado uma praia com cotas progressivamente mais altas, toda esta zona estaria ainda no raio de acção das flutuações do Tejo, o que inviabilizaria qualquer tipo de construção perene. A origem dos fragmentos cerâmicos e da abundante fauna, para aqui plausivelmente transportadas pelas águas do Esteiro e do rio Tejo, deverá ser encontrada precisamente nas habitações e oficinas a montante, áreas que se encontram bem documentadas (Bugalhão *et al.*, 2008).

SÉCULOS XIII A XVIII

A paisagem e paradigma de utilização desta área será profundamente alterada, já após a reconquista, mais precisamente no final do século XIII, data em que a construção da Muralha de D. Dinis, uma longa cortina paralela à margem do Tejo se torna o episódio fundamental, não só separando a cidade em expansão do rio como, pela sua envergadura condicionando toda a construção envolvente até 1755.

Em 2010, e pela primeira vez numa escavação arqueológica, foi identificado um troço desta estrutura (Rocha, n.p), que, enquadrada nas cercas de Lisboa, se encontra classificada como Monumento Nacional. A muralha era composta por dois segmentos, um com cerca de 40 metros identificado sob o saguão e nos “edifícios de sacrifício”, e outro

com cerca de 2 metros sob o deambulatório da Igreja de São Julião. Ambos tinham a mesma espessura – cerca de 1,6 metros no corpo superior e um máximo de 2,7 metros na sapata. Originalmente tratar-se-ia de um único troço, ininterrupto e sem zonas de passagem, sendo a sua separação actual nestes dois segmentos devida à destruição ocorrida aquando da colocação das fundações da Igreja de São Julião.

Durante a primeira fase de vida desta muralha, nos séculos XIV e XV, a urbanização da área envolvente, já iniciada com a construção das Terceiras a Sul, contemplaria a construção a Norte da Judiaria Nova. Deste bairro, para o qual alguns Judeus se mudariam na primeira metade do século XIV, foi possível identificar o traçado das duas ruas que o delimitavam, a da Judiaria Nova e a de Morraz, bem como as subdivisões internas dos prédios entre ambas. A planta entretanto obtida na escavação arqueológica corrobora as hipóteses avançadas por Vieira da Silva (Silva, 1987) a partir da documentação da época, acerto que reforça o incontornável papel deste autor no estudo da Muralha de D. Dinis e do espaço adjacente.

A Sul, a obliteração de quase toda a informação arqueológica no século XX impediu a confirmação das estruturas das Terceiras, instalações ligadas à actividade naval, também elas documentadas historicamente, e sobre as quais se mantêm algumas dúvidas sobre a fisionomia e relação com a Muralha de D. Dinis.

Entre os inícios do séc. XVI e até ao terramoto de 1755, será registada uma outra versão urbana deste espaço com a construção do Paço Real da Ribeira, episódio que marca a mudança definitiva do centro de poder do alto do Castelo para a Baixa. Sob os edifícios correntes foram identificados vários pavimentos e paredes associadas à face Sul da Muralha de D. Dinis, entretanto absorvida por este novo complexo palatino, passando a integrar o seu tardoz a Norte.

Ainda na fase pré-terramoto, e imediatamente sob a actual Igreja de São Julião levantou-se uma parte considerável da Igreja Patriarcal de São Tomé, associada ao Paço Real. Desta foram identificadas várias paredes e alguns pavimentos, nomeadamente em tijoleira. Desta época, o espólio arqueológico, exumado maioritariamente na área do saguão e na sondagem 30, integra vários elementos de cerâmica comum, de faiança, e de porcelana.

PERÍODO POMBALINO

O período pombalino ocupa, no âmbito dos trabalhos no Banco de Portugal, natural lugar de destaque. Após o grande cataclismo de 1755, esse “civilizador à bruta” como justamente referiu Julio Castillo (Castillo, 1893), assistir-se-á a uma mudança radical na fisionomia do espaço construído, cuja evolução assentará em duas etapas: o entulhamento e aterro das ruínas, e consequente subida das cotas soleiras, e a reorganização da planimetria dos edifícios.

O quarteirão actualmente visível, que resulta da aglomeração paulatina de diversas construções independentes pós-terramoto, permite a caracterização arqueológica de forma muito concreta deste período Pombalino, encontrando expressão particular nos fenómenos de natureza arquitectónica, subdivididos em dois universos distintos mas interligados: as “soluções enterradas”, mormente as estacarias, registadas no âmbito da Arqueologia de Cota Negativa; o edificado propriamente dito cujos resultados se materializam nos levantamentos da Arqueologia Parietal. No que aos dados da Arqueologia de Cota Negativa concerne, destaca-se claramente o conjunto de estacas. Como é sabido, a estacaria, embora não se trate de uma criação pombalina, constitui uma das soluções arquitectónicas características deste período, e marca, ainda hoje, o imaginário dos habitantes da cidade de Lisboa. Constitui o embasamento “flexível” dos alicerces dos edifícios, estabilizando-os sobre realidades sedimentares muito instáveis, como o são as areias e os siltos da zona ribeirinha lisboeta.

As escavações no quarteirão do Banco de Portugal permitiram, de forma inédita, o registo exaustivo de uma complexa e extensa malha de estacaria, nas suas variadas modalidades. O seu levantamento gráfico e topográfico permitiu a compilação de um avultado manancial de informação em bruto, que permitirá realizar, no futuro, estudos mais aprofundados, nomeadamente do seu comportamento mecânico e do seu real papel nos projectos de estabilidade dos edificados pombalinos.

A estacaria divide-se, grosso modo, em duas categorias distintas: as grelhas horizontais, compostas por barrotes toscamente afeiçoados com trabalho de carpintaria sumário sobrepostos perpendicularmente, e as estacas cravadas a pino, aguçadas na extremidade inferior de forma a facilitar a sua cravagem, provavelmente por martelagem, e afeiçoadas no corpo em formas poligonais.

Estas soluções encontram-se muitas vezes em alicerces de natureza composta, grelha no topo e estacas verticais na base. Surgem também episódios em que as estacas cravadas verticalmente surgem isoladas, em manchas que nem sempre suportam estruturas verticais, utilizadas então apenas para estabilização do subsolo.

O único caso em que surge uma estrutura horizontal sem suporte de estacas verticais diz respeito à base de um poço, identificado nos edifícios de sacrifício. Importa ainda sublinhar o excelente estado de conservação destas madeiras, com excepção para aquelas cujo topo esteve sujeito às variações do nível freático. Ainda de época pombalina merece referência a descoberta de cinco poços, todos eles de tipologia semelhante, formados por aduelas de diâmetros e altura semelhantes, fenómeno que reforça a elevada standartização e massificação da reconstrução da Baixa lisboeta nos séculos XVIII e XIX.

Os trabalhos de Arqueologia Parietal cingiram-se às estruturas da actual Igreja de São Julião, cuja génese se insere na reconstrução pombalina da Baixa Lisboeta, e cujo levantamento permitiu fixar, com base em evidências físicas, a memória dos episódios construtivos do edifício religioso. Ela encontra-se cristalizada na estratigrafia vertical, cujos resultados fundamentais aqui se resumem.

Em termos genéricos, foi efectuado um levantamento exaustivo dos paramentos, o qual permitiu desde logo assinalar três diferentes fases construtivas na Igreja de São Julião: a fundacional, terminada em (1810); a reconstrutiva de meados do séc. XIX, após um incêndio de grandes proporções ocorrido em 1816; e as remodelações do séc. XX em virtude da compra do imóvel pelo Banco, em 1933 (Costa, 1939). Neste edifício destacam-se as diversas alvenarias mistas como solução maioritária no levantamento de paredes, a recorrente utilização de alvenarias de tijolos nos vãos; a natural profusão de cantarias decoradas nas áreas de culto, muitas delas plausivelmente reaproveitadas a partir da destruição de outros edifícios de culto nas imediações; e a escassa presença de madeira nas estruturas verticais, fenómeno em contraciclo com a praxis mais habitual neste tipo de construção, a “gaiola pombalina”.

Relativamente à estrutura desta Igreja, e como elemento de referência em todo este conjunto, surge o tardo da Igreja, comum aos edifícios correntes ocidentais. Esta, sendo conhecida desde a base – a partir da estacaria identificada no âmbito da sonda-

gem 9 – não revelou, a nível vertical, uma interface de destruição clara, pelo que estamos em crer que, apesar das diversas alterações relativas à abertura de zonas de passagem, essas sim perfeitamente discerníveis, a estrutura da parede manteve-se genericamente igual desde a sua construção na primeira década do séc. XIX, não tendo sofrido uma destruição expressiva no incêndio de 1816.

A partir dos dados obtidos, cujo processamento ainda não se encontra totalmente realizado, pensamos que após o incêndio terá sido realizada uma remodelação de grande monta implicando a construção de novas paredes praticamente desde a base, tendo sido os elementos carbonizados removidos. Nas paredes menos afectadas, ala Norte e capela lateral Sul, por seu lado, observaram-se remodelações de menor monta, mantendo-se quase integralmente e conservando, por consequência, ainda vestígios de fogo.

Após o abandono do culto são várias as alterações produzidas na fisionomia da Igreja, quase todas chegando ao presente. As alterações foram especialmente notadas ao nível dos espaços de circulação, com a criação de novos pisos e concomitante abertura e fecho de passagens. Distinguem-se duas fases construtivas díspares, a de meados do séc. XX, que modificou a Igreja de acordo com as novas necessidades do proprietário, em que foram empregues sobretudo materiais tradicionais, como argamassas e tijolo, e a de finais do mesmo século com a colocação das caixas fortes de betão e da portaria no nartéx.

NECRÓPOLE DE SÃO JULIÃO

Foi precisamente na Igreja de São Julião, atrás descrita, que se identificou uma extensa necrópole da primeira metade do século XIX.

Em termos genéricos a vida desta Igreja foi pontuada por diversas datas; o final da construção original em 1810, embora o início do culto começasse em 1802; um devastador incêndio em 1816; o início das obras de remodelação em 1824 e o seu termo em 1854 (Costa, 1939).

Ainda que haja referências de que o regresso se fez a 22 de Outubro de 1853 (Costa, 1939), a ocupação do templo parece ter sido constante, pois os registos paroquiais demonstram que após o incêndio de 1816 a igreja continuava as suas funções, celebrando casamentos, baptizados e funerais. O último culto em S. Julião foi celebrado a 2 de Junho de 1934 (Costa, 1939).

Nas escavações arqueológicas de 2010/11 efectuou-se o levantamento de 310 esqueletos *in situ* e 30 ossários cujos resultados, compilados no relatório de escavação (Lourenço, 2011), agora se resumem

A Igreja apresentava o altar-mor a Oeste, o que justifica que a orientação mais comum seja a de Este – Oeste, 69,4%, seguida da Este – Oeste, 11,6%; havendo ainda casos de orientação Norte-Sul, 5,8%, Sul-Norte, 7,7%, e outras, 5,5%.

Da nave central da igreja, sondagem 5, identificaram-se 264 inumações, sendo que 72,6% dos indivíduos encontravam-se orientados a Oeste-Este e apenas 9,8% a Este-Oeste. Na ala Sul da igreja, sondagem 13, apenas recuperámos 4 inumações, das quais 3 em caixões. Na ala norte, correspondente à sondagem 27, foram levantados 22 indivíduos, 54,5% orientado Oeste-Este, e a Este-Oeste e Sul-Norte 4,5% cada. Ainda nesta ala, na sondagem 25, recuperaram-se 20 enterramentos, dos quais 55% se encontravam orientados a Oeste-Este, apenas 2% a Este-Oeste, e 35% Sul-Norte.

A antropologia funerária caracteriza-se maioritariamente pela inumação em fossa simples, 68,1% – 211 indivíduos, mas também pela presença de caixão, com ou sem cal no seu interior, 31,9% – 99 indivíduos. Temos vários indícios da presença de mortalhas fúnebres, com os respectivos alfinetes espalhados em torno do corpo, mesmo nos casos de inumação sem caixão. Os caixões eram feitos de madeira, decorados por tachas, possivelmente de bronze, e nos casos perceptíveis, a formar desenhos em cruz, com fechos e pegas metálicas, possivelmente em ferro.

Quanto à posição da inumação, a maioria apresentava-se em decúbito dorsal, 91,2% – 281 indivíduos, seguida pelo decúbito ventral, 4,5% – 14 indivíduos, decúbito lateral, 2,9% – 9 indivíduos, e posição fetal, 1,3% – 4 indivíduos. Os membros inferiores estavam na sua maioria esticados e paralelos, enquanto os superiores flectidos junto ao peito ou na zona do osso coxal.

O espólio, ainda que não muito abundante, é bastante variado, nos não-adultos o mais comum é arame em cobre, formando por vezes pequenas flores, em volta da cabeça ou cintura – provavelmente cintos ou tiaras, e pequenos pedaços de metal junto ao crânio, possivelmente associados a toucas. Nos adultos encontramos botões, botões de punho, colchetes, medalhas, anéis, medalhas religiosas, cruces, possíveis terços, pela existência de contas junto à zona abdominal, entre as mãos.

Na definição do perfil biológico efectuou-se a estimativa da idade à morte, análise da diagnose sexual, avaliação da ancestralidade, análise de caracteres discretos, estimativa da estatura, determinação de índices de robustez, análise da lateralidade, análise paleobiológica e paleopatológica, e estimativa do número mínimo de indivíduos (NMI) para os óssarios. A separação etária entre adultos e não-adultos foi efectuada em duas etapas: uma para as 310 inumações primárias e outra para o total de inumações e ossários. Nas inumações primárias cerca de 72,9% são adultos e 27,1% não-adultos; no total, que inclui os ossários e corresponde a um número mínimo de 529 indivíduos, 76% seriam adultos e 24% não-adultos.

Nos adultos *in situ*, 98 são do sexo feminino, 105 do sexo masculino e em 23 não foi possível determinar o sexo. No total de ossos recuperados 147 indivíduos mínimos são mulheres, 170 homens, e 85 indeterminados.

A avaliação da ancestralidade foi pouco conclusiva, dado que muitos dos crânios recuperados se encontravam fracturados, ainda assim nenhum indivíduo mostrou características que não se coadunassem com uma ancestralidade caucasiana.

Sempre que a integridade dos ossos longos o permitiu, estimou-se a estatura, neste caso em 170 adultos. A média de ambos os sexos é de 159,74 cm. A média para o sexo feminino baixa para 154, 72 cm, com um valor mínimo de 142,6cm e um máximo de 166,45cm. Para o sexo masculino a média é 164,87cm, mais próxima do valor máximo feminino, com um valor mínimo de 155,23cm e um máximo de 179,51cm. O dimorfismo entre sexos é de 10,15cm.

Na análise paleobiológica e paleopatológica, a análise de campo detectou 89 indivíduos com evidências de entesopatias, 86 indivíduos com presenças de alterações degenerativas articulares e 36 indivíduos com evidências de infecção. Para a patologia traumática 12 indivíduos apresentam fracturas ante ou perimortais, havendo um caso particular em que o tratamento da mesma levou à colocação de um implante cirúrgico ortopédico na zona da anca. Apenas dois osteomas cranianos foram detectados no campo da patologia neoplásica.

A patologia metabólica manifesta-se essencialmente com a osteoporose, em 6 indivíduos, maioritariamente femininos, mas também com dois possíveis casos de escorbuto em 2 não-adultos. A patologia congénita é mais variada apresentando entre outras

uma displasia da articulação coxo-femoral esquerda, o que provocou osteofitose, ou o foramen do corpo esterno e processo xifóide fundidos. Outros casos, como a bifurcação da 1ª costela esquerda, a ausência do arco posterior do atlas e sacralizações bilaterais da L5 foram também detectadas.

Os “males da boca” manifestam-se, de modo geral, com 36,5% – 113 indivíduos com desgaste dentário, 25,2% – 78 indivíduos com perda de dentes ante morte, 30% – 93 indivíduos com tártaro, 21,3% – 66 indivíduos com cáries, 2,6% - 8 indivíduos com periodontite, 1,6% – 5 indivíduos com hipoplasias lineares do esmalte dentário e 4,48% – 14 indivíduos com quistos periapicais (abcessos).

Na análise dos registos paroquiais após Outubro de 1816 e até ao último registo, em Setembro de 1834 (Inocêncio, 2012), observamos que em 18 anos foram enterrados 176 indivíduos no solo desta igreja. Destes apenas registam 11 não-adultos, número que dista bastante dos 402 indivíduos adultos e 127 não adultos que foram identificados na escavação arqueológica. Acreditando que a média nos primeiros anos de actividade da Igreja seria semelhante à final, isto numa fase em que os dados paroquiais relativamente à fase anterior a 1816 ainda não se encontram em fase de tratamento, o número subiria para a casa dos 370-380, ainda assim inferior ao registo arqueológico actual. Se a isto acrescentarmos que a necrópole não foi integralmente escavada, pelo que o número de enterramentos/ossários também é efectivamente superior ao de que agora dispomos, percebemos que os registos não deveriam ser muito rigorosos.

Apenas dois registos eram mais pormenorizados – a de uma referência a uma mulher mulata e a de uma idosa de 90 anos. Na presente amostra apenas dois casos se coadunam com a mulher idosa. Mas a inexistência de métodos que permitam uma estimativa da idade mais precisa faz com que não tenhamos correspondências fiáveis. No caso da mulher mulata, a determinação da ancestralidade na amostra mostrou-se pouco eficaz dado o estado dos ossos, pelo que não obtivemos nenhum caso compatível.

CONCLUSÃO

O grande volume e elevado potencial da informação recolhida nas escavações do Edifício do Banco de Portugal em Lisboa exigirão a realização de diversos trabalhos, mais concisos e especializados, que per-

mitam uma leitura mais aprofundada e global, permitindo cimentar uma visão muito aproximada da História deste espaço durante os últimos 2000 anos.

BIBLIOGRAFIA

BUGALHÃO *et alii* (2008) – Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, Nº 10, p. 113-134.

CASTILLO, J. (1893) – *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CAMBI, N. (1983) – Le anfore Dressel 20 nella Jugoslávia. In: *Produccion y Comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, p. 363-389.

COSTA, M. (1939) – *A Igreja de S. Julião e o seu patrono: uma freguesia que Lisboa perdeu*. *Revista Municipal*, 88/89, p. 5-22.

ÉTIENNE, R., MAYET, F. (2004) – *L'huile hispanique. Corpus des timbres amphoriques sur amphores Dressel 20*. 2 vols. Paris: De Boccard. – nº 1182.

INOCÊNCIO, J. (2012) – *Estudo antropológico do material osteológico do séc. XIX proveniente da Igreja de São Julião*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Medicina de Lisboa, policopiado.

LOURENÇO, M. (2011) – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011 – vol IID Igreja de São Julião. Antropologia*.

ROCHA, A. (2011) – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*. Lisboa. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 11 vol.

ROCHA, A. (n.p.) – *A Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Museu do Dinheiro. No prelo.

ROCHA e MIGUEZ (em preparação) – *Os almofarizes do Edifício Sede do Banco de Portugal, Lisboa*.

SILVA, V. (1987) – *As Muralhas da Ribeira*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.



Figura 1 – Vista dos trabalhos nos edifícios correntes após demolição dos pisos superiores. © Artur Rocha/Arqueohoje.



Figura 2 – Vista dos trabalhos na Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.



Figura 3 – Troço da muralha de D. Dinis descoberta nos edifícios correntes. © Artur Rocha/Arqueohoje.



Figura 4 – Vista de troço de estacaria pombalina e da parte remanescente dos alicerces da Rua da Judiaria Nova. © Artur Rocha/Arqueohoje.



Figura 5 – Trabalhos de escavação da necrópole da Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.



Figura 6 – Enterramento na Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.



AAP
 ASSOCIAÇÃO
 DOS ARQUEÓLOGOS
 PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
 bcp

BNP
 BIBLIOTECA
 NACIONAL
 DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
 PORTUGAL


 Parques de Sintra
 Monte da Lua